



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED

CURSO DE PEDAGOGIA

SCHEILA GIACOMELLI DE MELO

**A PRESENÇA DA FIGURA MASCULINA COMO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Florianópolis

2013.

SCHEILA GIACOMELLI DE MELO

**A PRESENÇA DA FIGURA MASCULINA COMO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção
do grau de Licenciada em Pedagogia – Universidade
Federal de Santa Catarina – Centro de Ciências da
Educação.

Orientadora Professora Lucena Dall’Alba

Florianópolis

2013.

SCHEILA GIACOMELLI DE MELO

**A PRESENÇA DA FIGURA MASCULINA COMO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Florianópolis, 05 de julho de 2013.

Banca Examinadora:

Profª Drª Lucena Dall’Alba

Orientadora e Presidente da Banca EED/CED/UFSC

Profª Drª Patricia de Moraes Lima

Membro Interno MEN/CED/UFSC

Profª Drª Terezinha Maria Cardoso

Membro Interno EED/CED/UFSC

Profª Ms. Alcione Nawroski

Suplente EED/CED/UFSC

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer primeiramente a Deus, que me abençoou e deu força nos momentos de dificuldade, desespero, aflição, e problemas durante todo o período de curso, abrindo portas, quebrando barreiras, e ajudando a superar minhas limitações.

Em segundo lugar agradeço a minha família. Aos meus pais Inez Margarete Giacomelli de Melo e Atanásio Antonio de Melo que me apoiaram e deram todo subsídio necessário para começar e terminar a faculdade, dando amor, carinho, incentivando, apoiando e ajudando a resolver problemas e inclusive com os gastos. Minha irmã Kerle que sempre me ajudou, ouviu e aconselhou, e que cedeu sua casa para eu morar com ela nos últimos um ano e meio. A minha sobrinha Nathália de Melo Zamperline que esteve sempre presente na minha vida desde o início do curso, preenchendo minha vida com seu brilho e amor verdadeiro de criança. Minha madrinha e prima Graziela, que admiro e tenho como exemplo na profissão que estou me formando. Minha prima Greicy que foi meu socorro quando não tinha força, dando ânimo e vontade de continuar.

Minhas colegas de faculdade, que sempre lembrarei com carinho e guardarei no coração. Uma turma que era unida e lutava junto por tudo que era necessário. Principalmente pelas colegas Simone Patricia Rodrigues e Divanir Fatima Ventura dos Santos, que estavam sempre comigo, e ajudávamos umas as outras, fosse para ouvir, aconselhar, ou com as atividades da faculdade.

Muito tenho a agradecer também ao meu namorado Vantuir Manoel Duarte, que me apoia e ajuda em tudo que pode, incentivando para crescer cada vez mais, e que junto com suas filhas Izadora e Natália preenchem minha vida, se fazendo parte de mim, formando a base que faltava para seguir na reta final deste curso, e que desejo que permaneçam sempre comigo.

Minhas amigas (os) que sempre estão preocupadas (os) comigo perguntando como estou, se preciso de ajuda e me divertindo muito. Sempre me contam que oram por mim, e sei que a oração de vocês sempre teve muita força.

Por fim, agradeço aos professores que contribuíram com dedicação e empenho com seus conhecimentos, para futuramente nos tornar profissionais de competência e credibilidade. Principalmente a professora Lucena Dall' Alba, que foi minha orientadora na realização deste trabalho que para mim era um “bicho de sete cabeças”, e que sem a qual não conseguiria ter chegado ao final.

A todos meu mais sincero agradecimento e gratidão. Muito Obrigada!

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma discussão sobre a inserção do profissional homem na instituição de Educação Infantil. As questões de gênero são marcantes para a escolha profissional de sujeitos homens nesta área de atuação. As discussões são feitas a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a presença da figura masculina na educação infantil e de dados coletados em duas instituições situadas no município de Florianópolis. O levantamento realizado mostrou que os estudos na área discutem a feminização da atuação profissional na educação infantil e que ainda há muito preconceito com relação à inserção de professores homens na educação de crianças pequenas.

Palavras-chave: gênero, educação infantil, atuação profissional masculina.

ABSTRACT

This Labor Completion of course presents a discussion on the inclusion of the professional man in the institution of kindergarten. Gender issues are salient for choosing professional men in this subject area. Discussions are made from a literature about the presence of the male figure in kindergarten and data collected in two institutions located in Florianópolis. The survey showed that the studies in the field discuss the feminization of professional practice in early childhood education and that there is still a lot of prejudice with respect to the insertion of male teachers in early childhood education.

Keywords: gender, early childhood education, professional practice male.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I.....	10
GÊNERO – UMA CONCEPÇÃO HISTÓRICA.....	10
GÊNERO E EDUCAÇÃO.....	14
CAPÍTULO II.....	16
QUESTÕES DE GÊNERO E SUA INTERLOCUÇÃO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	27

INTRODUÇÃO

Inicialmente minha intenção era pesquisar sobre *A presença do homem na Educação Infantil* de uma forma mais abrangente, para entender os motivos que levam os homens a se interessar por esta área de atuação, bem como os motivos que os levam a desistir. Tinha como proposta perceber como este tema é visto/percebido/entendido pelas famílias, pelos profissionais da Educação Infantil, e pelos próprios profissionais homens na Educação Infantil. Pensei também em realizar um levantamento de dados sobre os homens que ingressaram no curso de pedagogia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde a existência do curso até o ano de 2012, bem como quantos finalizaram o curso e quantos desistiram. Pensei inclusive em analisar dados sobre os profissionais homens que ingressaram na Educação Infantil na rede de Florianópolis desde 1996 até 2012.

Porém, diante do tempo necessário para realizar a pesquisa e elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC percebi que seria necessário rever os objetivos e metodologia. Assim, após muitas reflexões decidi, juntamente com minha orientadora, por fazer um breve levantamento bibliográfico sobre a temática e buscar informações sobre a inserção da figura masculina em duas instituições de Educação Infantil no período pós LDBEN 9394/96 até o ano de 2012.

As primeiras aproximações aos estudos de trabalhos que abordam o tema de pesquisa aqui relatada foi com a monografia “O homem na educação infantil” realizada pelas mestrandas *Dayse Jaqueline Bernardes* e *Camille Escorsin* (2008), e a tese “Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche” realizado pela Doutora *Deborah Thomé Sayão* (2005). Estas leituras me proporcionaram uma primeira visão mais ampla do que acontece com os homens em relação à atuação na educação infantil, suas dificuldades e as demais problemáticas que foram traçadas neste trabalho.

O interesse manifestado por homens pela atuação pedagógica na educação infantil parece relativamente pequeno. As autoras Bernardes e Escorsin (2008) apontam que estes sofrem discriminação sendo considerados incompetentes para a área com o educar e cuidar, inclusive sendo colocado em dúvida a masculinidade destes homens:

E, em algumas situações muitas famílias não aceitam um homem em sala de atividades realizando este tipo de trabalho. Muitas vezes por pensarem que um professor não tem capacidade de lidar com a questão do cuidado das crianças. E algumas famílias têm até receio de deixar seus filhos com um homem, achando que um professor pode cometer algum ato de abuso. Bernardes e Escorsin (2008, p.8).

Também acredito que se pode perceber que o homem que se propõe a atuar na educação infantil não é discriminado apenas pelas famílias ou comunidade, mas também no próprio lugar de trabalho e pelos profissionais, seus colegas de trabalho. Considerando a escola um dos espaços formativos por excelência, como educar nossas crianças em um meio que não aceita a diferença, o novo, e que não acredita na capacidade do outro por uma questão de gênero, assim o excluindo?

Com tantas dificuldades encontradas em relação a um tema, que para mim, é de total importância, levanto algumas problemáticas que me guiarão ao decorrer desta pesquisa para melhor compreendê-lo: Quais os aspectos que motivam/interessam o homem a trabalhar na educação infantil? Quais os fatores que implicam na inserção/atuação do homem na educação infantil? Até que ponto a questão de gênero interfere na inserção/atuação do homem na educação infantil? Até que ponto os aspectos desfavoráveis em relação ao trabalho masculino em relação aos cuidados na educação infantil, no que se refere à violência e o abuso, devem ser levados em consideração?

Realizei pesquisa via INTERNET procurando artigos que tratassem do tema e encontrei cinco artigos sobre a temática. Também via INTERNET fiz uma pesquisa na página da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, procurando por trabalhos que tivessem sido publicados sobre a temática do meu interesse. Na página da ANPED pesquisei em dois Grupos de Trabalho – GT7 – Educação de crianças de 0 a 6 anos e no GT23 – Gênero, sexualidade e educação. A busca realizada concentrou-se nos anos de 2006 a 2012. Com relação a pesquisa teórica, também utilizei alguns livros e duas teses para aprofundar o conhecimento sobre a temática. No GT23 no ano de 2007 e no GT7 em 2012 encontrei um artigo que tratava da temática da formação de professores para a área de Educação Infantil e não fazia referência ao tema de meu interesse. Também pesquisei na Revista Brasileira de Educação RBE nas três publicações anuais no período de 2006 a 2012 e não encontrei nenhum artigo que tratasse da temática.

Acreditando que após a LDBEN 9394/96 pudesse ter ocorrido algum aumento no número de profissionais homens atuando na Educação Infantil busquei dados em duas instituições. Para conseguir os dados sobre a inserção de profissionais homens nestas instituições de Educação Infantil, primeiramente fui pessoalmente a cada instituição, entregando uma carta de solicitação dos dados (ver anexo). Posteriormente foram necessárias várias ligações para as duas instituições, para que me encaminhassem uma resposta. Por fim, o contato com as instituições ocorreu via e-mail, por onde me foram encaminhados, pela coordenação responsável de cada instituição, os dados solicitados.

O tema por mim escolhido foi pouco tratado durante o curso de Pedagogia. No decorrer dos estudos na faculdade, principalmente na disciplina de Organização dos Processos Educativos, no estágio obrigatório da Educação Infantil, e na minha atuação como professora na educação infantil, pude entender que independente da área de atuação numa instituição, todos tem influência sobre as crianças, cada qual em sua função. Pude também notar a relação das crianças com os homens presentes nas instituições, tanto como professor, ou como guarda, vigia, faxineiro, jardineiro, percepção esta que foi possível logo de início quando começamos o estágio obrigatório em Educação Infantil, pois foi a primeira coisa que observamos, e registramos em nosso memorial¹:

No primeiro contato obtido com a instituição, ao chegarmos o que mais nos chamou a atenção foi um vigilante (para nossa surpresa da creche, pois nunca tínhamos visto) amarrava com muito carinho o tênis de uma criança (menino), isto nos tocou profundamente. Afinal em uma instituição de Educação Infantil, todos são educadores, antes de tudo. Para nós foi muito significativa esta entrada na instituição (MELO e RORIGUES, 2012).

A discussão sobre questões de corpo, gênero e sexualidade pareceu não ser muito importante na formação de educadores. Este fato é apontado por Dall’Alba (2008). As discussões quando ocorrem ficam a cargo do interesse de cada professor uma vez que não há explicitamente no currículo do curso disciplina para encaminhar estas temáticas. Assim sendo, foi necessário buscar um aporte teórico sobre gênero e sua relação com a educação e mais

¹ Este memorial foi elaborado como trabalho final do nosso estágio obrigatório em Educação Infantil na creche Mateus de Barros, na comunidade Chico Mendes, referindo-se a disciplina de Educação e Infância VII: estágio em educação infantil do curso Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da professora Patrícia de Moraes Lima, no período de 2012/1.

especificamente com a educação infantil para poder realizar uma reflexão. Deste modo, pelo fato do pouco tempo disponível para a elaboração deste TCC aliado ao pouco conhecimento que tinha sobre as questões de meu interesse pretendo que o trabalho aqui apresentado seja o início de um caminho que me conduza ao aprofundamento das questões uma vez que é minha pretensão seguir a pesquisa no curso de mestrado.

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC está organizado em três seções: Capítulo I *Gênero – uma concepção histórica* Capítulo II – *Questões de gênero e sua interlocução com a educação infantil* e Considerações Finais. No capítulo I trago breves considerações acerca das questões de Gênero. No segundo Capítulo apresento as considerações sobre algumas das questões que mobilizaram minha pesquisa. E nas Considerações Finais aponto que este é um tema que, dada a sua importância, demanda maiores investigações.

CAPÍTULO I

GÊNERO – UMA CONCEPÇÃO HISTÓRICA

O conceito de gênero surgiu entre as estudiosas feministas que se recusavam a adotar qualquer explicação sobre os comportamentos de homens e mulheres pautados no determinismo biológico. As diferenças biológicas – as diferenças físicas entre homens e mulheres serviram, muitas vezes, para justificar as desigualdades entre ambos. Segundo LOURO (2012, p.24 e 25) o argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado historicamente, acaba por ter o caráter de argumento final, sem possibilidade de qualquer contestação. Seja no âmbito do senso comum, seja por uma linguagem tida como “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social.

Uma das principais estudiosas das questões de gênero é JOAN SCOTT. Ela nos aponta que:

“Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] Na sua utilização mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulher”. Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo “mulheres” por “gênero”. “Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. [...] Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente as práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. (SCOTT, 1995, p. 75)”.

Na perspectiva das relações de gênero, é importante discutir os processos de construção das diferenças instituídas na formação de mulheres e homens, meninas e meninos. Os estudos de gênero não se limitam aos estudos de/sobre mulheres, mas incluem também a discussão em torno da construção das masculinidades, problematizando de que forma elas têm sido constituídas e as pesquisas neste campo têm se voltado para o caráter relacional dos

gêneros. Considera-se, também, que a construção dos gêneros se dá no entrecruzamento de outras categorias, como etnia, geração, classe social, religião, nacionalidade e sexualidade.

Como salienta LOURO (1995), além de uma ferramenta teórica potencialmente útil para os estudos das Ciências Sociais, os Estudos de Gênero despontaram como uma importante categoria analítica para a História, em especial para a História da Educação. O caráter político destes estudos pode ser considerado uma de suas marcas mais significativas.

Para LOURO (1995, p. 107) é preciso problematizar o fato de que aqui no Brasil, no que se refere à história da educação, usam-se termos generalizantes que colocam os indivíduos como se fossem todos iguais:

“[...] a História da Educação que se produz no Brasil é usualmente escrita no masculino, ou seja, “refere-se *aos alunos, aos operários, aos professores, aos adultos*, atc., ou utiliza termos genéricos, como a classe trabalhadora, a elite brasileira, a burguesia, o professorado, o movimento sindical”... Sei que alguns podem pretender estar assim, uma leitura mais geral e generalizável dos fenômenos” – o que sem dúvida é extremamente enganoso, já que ai se desprezam as complexas diferenciações existentes dentro desses grupos”.

Mesmo que o termo gênero se refira ao sexo feminino e masculino, temos que perceber que ambos são definidos por diferentes características, dependendo do lugar, dos contextos e do grupo de indivíduos em questão, como também nos diferentes tempos no decorrer da história, pois, com os movimentos sociais e os embates políticos mudam as ideias e os valores. Assim, vai-se classificando os gêneros feminino e masculino, determinando o que seria próprio de cada um, justificando e impondo suas diferenças e os seus devidos lugares, não apenas por serem homens ou mulheres, mas pelo que se considera ser apropriado a cada um. De acordo com LOURO (2001,p. 85-86):

“Com relação aos gêneros, sabemos que inúmeras teorias e explicações tem sido elaboradas para “provar” distinções entre homens e mulheres. O aspecto dessas distinções atravessa as mais variadas dimensões: características físicas, psicológicas, comportamentais, habilidades e aptidões, talentos e capacidades são acionados e nomeados para justificar os lugares sociais, os destinos e as possibilidades “próprios” de cada gênero. [...] demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas sim tudo o que se diz

ou pensa sobre elas, tudo o que se representa, valoriza ou desvaloriza em relações aos sexos que, efetivamente, constitui o masculino e o feminino numa dada sociedade e num dado momento histórico”.

Se as concepções são estabelecidas conforme as necessidades de diversos grupos, em diferentes tempos históricos, e as ideias e valores relevantes para a sociedade, temos que entender que estas definições são estabelecidas nas relações sociais, mais especificamente por aqueles que detêm maior poder, ou seja, pelas relações de poder. Estas relações de poder envolvem a sociedade em geral, pois todos os indivíduos são submetidos e analisados tendo como critério as definições e concepções nela e por ela estabelecidas. Além disso:

“As relações de poder entre homens e mulheres, embora recorrentes, serão sempre carregadas de sentidos próprios de cada sociedade e de seu tempo. Além disso, temos de pensar que essas relações não se caracterizariam como de “mão única”, tanto porque o movimento se exerce nas duas direções entre os gêneros, quanto porque ele é atravessado por outras disputas, provenientes de outros “campos de força” que não o de gênero. [...] supõe, nos dois polos da relação, sujeitos livres e capazes de agir e reagir (LOURO, 1995, p. 121)”.

Porém, se as concepções/definições mudam no decorrer do tempo e em relação a cada grupo, cabe aqui refletir que os indivíduos que constituem cada grupo também não são iguais, cada um tem sua identidade, seu modo de ver e perceber as coisas, seus gostos, suas ideias, opiniões, enfim, seja do gênero feminino ou masculino, ambos estão compostos por pessoas que possuem sua singularidade, e que devem ser relevados, pois estão submetidos às definições estabelecidas e sujeitos a serem julgados e sofrerem críticas e preconceitos caso “fujam” do “correto/normal”. Em outras palavras:

“É preciso pensar que todas essas ações se dão de modo diversificado segundo os gêneros, ou seja, se homens e mulheres estão envolvidos nessas múltiplas relações e, portanto, se ambos “sofrem” seus efeitos, temos de lembrar que elas são vividas de modos diferentes por cada um deles. Ser do gênero feminino ou masculino, como já vimos, implica em perceber e estar no mundo de modos diferentes (LOURO, 1995, p.123)”.

Necessita-se então uma busca histórica para a compreensão das mudanças ocorridas na educação e na identidade dos sujeitos nela envolvidos. Entender as relações estabelecidas

pelos sujeitos que constroem e reconstroem as identidades e desigualdades entre os indivíduos, e neste caso, referindo-se as desigualdades entre gêneros, considerando que a questão de gênero tem uma forte interferência nas questões pedagógicas. Devemos assim, buscar também entender como se dá essa interlocução do gênero com a Educação Infantil. Como afirma VENTURINI (s/d, p.12)

A questão de gênero reflete o que ocorre na sociedade. Atualmente, vive-se em um mundo marcado pela diversidade e com isso se torna fundamental que não se tenha uma ideia ou um pré-julgamento de que as diferenças sejam transformadas em desigualdades. Cabe ressaltar que o gênero pertence a uma esfera social em que não há uma posição única, consensual e harmoniosa que represente a sociedade em sua totalidade.

GÊNERO E EDUCAÇÃO

Inicialmente cabe ressaltar que nem sempre o papel de ensinar foi denominado como função predominantemente feminina, pois, nos primórdios da instituição escolar a presença masculina era absoluta. A história nos aponta que a educação nas escolas era ministrada apenas por homens, enquanto às mulheres era destinado desempenhar unicamente atividades domésticas como perfeitas donas do lar, esposas e mães. As mudanças advindas da reorganização do mundo do trabalho e com o início do caráter assistencialista das instituições escolares, acabou por promover uma crescente feminização da educação. Para LOURO (2012, p.92) este fato ocorreu pela similaridade das práticas, das ações educativas com as ações das mulheres no lar, como educadoras de crianças ou adolescentes.

Considerando a história da educação, aqui no Brasil a educação nas escolas era religiosa e se dava por homens, tendo um caráter de gênero masculino. Porém, com o início da inserção das mulheres trabalhando nas empresas, e a forte demanda de crianças nas escolas, esta passa a ter um caráter assistencialista, como forma de “suprir” os “cuidados” da mãe, que neste momento se coloca mais ausente, passando assim, a definir o gênero da escola como feminino. De acordo com LOURO 2012

“[...] a escola é feminina, porque é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres – elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas (p.92)”.

Embora tanto o gênero feminino quanto o masculino estejam presentes nas instituições escolares cada gênero tem seu lugar na educação. Como o gênero masculino é visto e entendido como sujeito objetivo, de pulso firme, é comum encontrarmos professores atuando nos anos finais do ensino fundamental e muitos no ensino médio em áreas das ciências exatas como professores de matemática, química, física, ou em áreas que podem ser consideradas masculinas como geografia e história. Em número reduzido ainda podemos encontrar professores de língua materna ou estrangeira. Na educação nos anos iniciais podemos encontrar muitos professores de educação física, porém são as mulheres que atuam majoritariamente tanto nas séries iniciais quanto na educação infantil. Nas palavras de LOURO (2012, p.111)

“de um modo talvez um tanto esquemático, se poderia dizer que a representação dominante do professor homem foi – e provavelmente ainda seja – mais ligada à autoridade e ao conhecimento, enquanto que a da professora mulher se vincula mais ao cuidado e ao apoio ‘maternal’ à aprendizagem dos/das alunos/as”.

Assim determinada e concebida a classificação de gênero masculino e feminino, se define também os papéis que correspondem a cada um (inclusive nas instituições de educação), segundo suas “aptidões naturais”, e as regras estabelecidas pela sociedade. Como afirma LOURO, 2012:

“Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (p. 28)”.

A maior ênfase que pode ser percebida ao estabelecer as diferenciações entre os gêneros, é justamente por conta de seus opostos entre masculino e feminino, relevando como caráter fundamental a sexualidade, que estabelece as funções que o sujeito tem capacidade de assumir. Porém, esta definição estabelecida tendo como critério a sexualidade pode acarretar em dificuldades e problemas aos sujeitos que virão a ter anseio em atuar em outras áreas que não as ditas “normais” para os homens, como por exemplo o homem como professor na Educação Infantil. Pois, na maioria dos casos, quando o homem se volta ao trabalho na Educação Infantil, este começa a ser considerado como “anormal”, problemático, inclusive, quando demonstra em sua prática pedagógica que sabe trabalhar com crianças, de modo afetivo e cuidadoso como a função requer, coloca-se em questão até mesmo a sua orientação sexual.

CAPÍTULO II QUESTÕES DE GÊNERO E SUA INTERLOCUÇÃO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 1988, a Constituição Brasileira reconheceu como direito da criança pequena o acesso à educação infantil – em creches e pré-escolas, colocando a criança como sujeito de direitos. A LDBEN 9394/96 foi a primeira das legislações brasileiras a proclamar a educação infantil como direito das crianças de 0 a 6 anos e dever do Estado. De acordo com CERISARA (s/d)

as instituições de educação infantil devem contemplar de forma integrada os aspectos ligados ao cuidado e à educação das crianças de 0 a 6 anos sem o privilegiamento de um em detrimento do outro e sem que permaneçam as discriminações nos tipos de atendimento determinadas pela procedência social das crianças.

Embora esteja assegurado pela legislação o direito da criança a educação infantil, muitas questões ainda precisam ser pensadas para que seja efetivada no cotidiano das instituições uma educação de qualidade. Entre estas questões estão as apontadas por CERISARA (s/d):

Quem deve exercer esta profissão? Qual deve ser esta profissão? Quais as competências que esta profissional deve ter? Quais os fundamentos desta atividade profissional?

No mundo atual, podemos perceber por meio dos noticiários nos diversos meios de comunicação a ênfase decorrente num número considerável de homens que se interessam pelo trabalho pedagógico na educação infantil, porém, ao mesmo tempo observamos também que este fato causa certo desconforto para a maior parte da população, resultando em preconceito e rejeição com a atuação de professores homens nas instituições de educação infantil, principalmente com as crianças que ainda não apresentam possibilidade de manifestar-se verbalmente com clareza. A atuação do homem na educação infantil aparece em desigualdade em relação ao trabalho pedagógico feminino. Isto parece estar vinculado a uma concepção de que o homem seria “incapaz” de exercer a função pedagógica como a qualidade necessária para esta faixa etária. Para Sayão (2005), estas questões estão relacionadas com o fato de que

historicamente o cuidado e a educação de crianças pequenas na maioria das culturas foram e continuam sendo atribuição feminina.

Os textos lidos para a elaboração deste trabalho indicaram como a história da educação infantil mostra que esta função pode ser exercida apenas pelas mulheres. Pois, no início a educação das crianças se dava em casa com a mãe, porém, com a Revolução Industrial no século XVIII, a mulher ingressa para o mercado de trabalho e começa a se pensar um espaço “assistencialista” para se cuidar das crianças enquanto as mães trabalhavam, contudo, para exercer esta função não precisava de formação, apenas dos cuidados maternos considerados como essência feminina. A partir da LDB 9.394/96 começa a se problematizar a questão do cuidar e educar, com as creches e pré-escolas deixando seu caráter apenas assistencialista para assumir as questões pedagógicas. Com esta mudança no objetivo das creches e pré-escolas começa a se pensar a necessidade de formação para atuar nessa área, mas a atuação efetiva continua nas mãos das mulheres. Assim, podemos perceber que esta concepção de feminilidade na área da educação infantil não é por acaso, mas possui uma construção histórica, acabando por ser definida até hoje a capacidade profissional numa questão de gênero. Segundo BERNARDES e ESCORSIN (2008, p. 14):

“A tarefa de cuidar e educar crianças pequenas, que é tão associada ao universo feminino, norteia o trabalho desenvolvido nas instituições pré-escolares. Essa relação é ainda pouco questionada, vista muitas vezes como natural, o que acaba mascarando a dimensão social e histórica das construções do conceito de feminino e masculino.”

Pelo fato de esta questão ser pouco questionada, as pessoas se acomodam e internalizam os conceitos criados social e historicamente, sem se questionar sobre as mudanças que ocorreram no mundo, possibilitando que hoje muitos homens manifestem sua sensibilidade, afetividade e cuidado consigo e com as necessidades das crianças. Assim, ao afirmar que cuidar e educar são funções exclusivamente femininas, nega-se o fato de que, tanto um homem possa ser professor na educação infantil, quanto um bom pai, participando e colaborando com a educação e os cuidados do filho. Assim, não é somente o homem pedagogo que possui a sua atuação colocada em dúvida, mas a figura do homem enquanto pai.

Coloca-se em dúvida a capacidade de um pai trocar fraldas e cuidar de um bebê a partir que conceitos cristalizados de gênero.

Ao analisarmos as distinções e classificações de gênero sobre os sujeitos, quando o homem direciona sua habilidade e vocação ao trabalho como professor na Educação Infantil, este poderá vir a sofrer preconceitos que coloquem em dúvida sua orientação sexual e seu desempenho profissional, sendo taxados de problemáticos ou anormais, pois está se desviando do “correto” ou “natural” para o seu gênero. Como descrito por LOURO (2001, p.90):

“Com referência às distinções de gênero, notamos que muitas das afirmações (incluindo-se aqui a de algumas teorias) baseiam-se em concepções que supõem dois universos opostos: o masculino e o feminino. É evidente que a matriz que rege essa dicotomia é, sob o ponto de vista da sexualidade, restritamente heterossexual. Vale observar, no entanto, que operar dentro dessa matriz pode acarretar problemas de duas ordens: de um lado pode dificultar a percepção de sujeitos e de grupos que não se “enquadram” na polaridade aí suposta (impedindo, conseqüentemente, o reconhecimento daqueles e daquelas que estão construindo formas distintas, novas ou transgressivas de identidade feminina ou masculina); por outro lado, pode permitir que se atribua aos sujeitos que não obedecem a essa lógica dicotômica o caráter de desviantes, problemáticos ou patológicos”.

Esses preconceitos causam uma desvalorização do indivíduo como pessoa, e como profissional, pois não considera que a capacidade pode ser construída na formação acadêmica e pela dedicação do sujeito ao atuar na sua área de escolha. Considero que um dos motivos da pouca inserção dos homens na educação de crianças pequenas é que muitos, por medo de sofrer discriminação acabam por fugir/evitar esses conflitos, realizando sua escolha profissional, não por gosto, mas por imposição social, naquilo que é determinado como “melhor” para ele, que seja capaz de cumprir. Pois,

A produção de identidades de gênero “normais” também pode representar a obrigatoriedade de “preferir” determinados interesses, de desenvolver habilidades ou saberes compatíveis com as referências socialmente admitidas para masculinidade e para feminilidade. Isso pode implicar, por exemplo, o desconforto, de meninas ou de meninos, diante de atividades ou práticas tidas como “naturalmente” características de seu gênero, na exigência em “se dar bem” naqueles setores em que

os homens ou as mulheres “de verdade” se desempenham bem (LOURO, 2001, p. 91)”.

Ou seja, algumas pessoas acabam se dedicando e trabalhando naquilo que está convencionado socialmente que é adequado para homens, enquanto poderia estar desempenhando um excelente trabalho na função/campo que desejaria atuar, ou seja, na educação infantil. Se entendermos todo indivíduo como capaz de exercer a função que tem vontade, desde que busque a formação adequada e se empenhe em dar continuidade a sua formação, poderemos começar a enxergar com um olhar mais crítico, e observar para além do caráter biológico, mas como um sujeito que é formado a partir do meio em que nasce, dos valores, crenças e práticas sociais da contexto que o rodeia. Como afirma VENTURINI

“[...] o ser humano não é um dado resolvido no nascimento, pelas características biológicas de cada um, mas construído através de práticas sociais masculinizantes ou feminilizantes, de acordo com as diferentes concepções presentes em cada sociedade (s/d, p. 13)”.

Claro que a preocupação existente tem seus fundamentos, pois atualmente vemos cada vez mais notícias sobre abuso sexual e violência com crianças, e em quase todos os casos o autor do crime é do sexo masculino. Mas não se pode generalizar. Embora o abuso infantil envolvendo homens capazes de causar algum dano para uma criança seja mais divulgado pela mídia, existem muitos casos em que mulheres estão envolvidas no abuso infantil. Porém, o envolvimento da mulher em situações de violência infantil acaba ficando invisibilizados. Portanto, parto da premissa de que tanto mulheres quanto homens são capazes de ter sensibilidade e de perceber as dificuldades e carências de uma criança. Afirmo isto ao refletir sobre o que aconteceu no ano de 2012 na instituição em que trabalhei, onde uma professora com formação em nível superior não expressava o mínimo de amor, carinho ou zelo pela sua profissão e pela turma com a qual trabalhava. ARAÚJO e HAMMES (2012, p.5) apontam que

“esta ideia de que um homem não possa assumir a educação/cuidado de crianças discrimina não só o homem enquanto educador, mas também enquanto pai, pois grande parte dos homens divide os cuidados de filhos pequenos com suas esposas e cumprem essa tarefa muito bem.”

Percebemos isso, inclusive, nos casos em que numa família, a mãe, por inúmeros motivos abandona o lar ou falece, cabendo ao pai os cuidados dos filhos, que cria, cuida e educa com

todo amor e carinho, ou até mesmo em que a mãe está presente, e o pai contribui significativamente com a educação dos filhos.

Ao analisarmos a diferenciação existente entre os sujeitos, percebemos que esta se dá por uma questão cultural, que é transmitida/repassada socialmente, e principalmente enfatizada por meio da educação que,

pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. A educação é, como outras, uma fração do *modo de vida* dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade (BRANDÃO, 1993, p. 10).

Até aqui apresentei um pequeno panorama das questões implicadas na inserção do profissional homem para atuar nas salas de aula em instituições de educação infantil. Agora apresento os dados que obtive na pesquisa junto a duas instituições de educação infantil situadas no município de Florianópolis. Procurei informações sobre o número de profissionais homens que atuaram na instituição durante o período de 1996 a 2012. A pesquisa junto às duas instituições de Educação Infantil aqui denominadas como A e B possibilitou conseguir os seguintes dados:

FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO A	INSTITUIÇÃO B
Professor de Educação Física	1	*
Professor de Educação Infantil (2009-2010)	1	1
Zeladores	2	-
Contínuo	1	-
Jardineiro	1	-
Vigilante	1	-
Auxiliar de sala	-	21
TOTAL DE PROFISSIONAIS	7	22

*Foi informado que os professores de Educação Física e Música da instituição B sempre foram homens, porém, não nos foi informado à quantidade de profissionais que atuaram nessas áreas.

Pelo que se pode perceber, no que se refere a instituição A, num período de 16 anos houve a presença de 7 homens na área da Educação Infantil, enquanto em relação a instituição B, num período de 13 anos houve uma média de 22 homens presentes nesta área. Considerando que na instituição B o número de homens é considerado uma média, pois não se tem o número de profissionais de Educação Física e Música, ainda é maior do que o índice na instituição A, que por sua vez tem mais tempo de existência. Contudo, em ambas as instituições podemos perceber que o índice de homens na Educação Infantil é baixo, mesmo considerando as diferentes áreas de atuação (vigia, auxiliar, jardineiro, etc) e como professor encontramos apenas 1 profissional em cada instituição, que lecionaram entre 1 ano e 1 ano e meio.

Ao analisarmos as distinções e classificações de gênero sobre os sujeitos, quando o homem direciona sua habilidade e desejo ao trabalho como professor na Educação Infantil, este poderá vir a sofrer preconceitos que coloquem em dúvida sua opção sexual e seu desempenho profissional, sendo taxados de problemáticos ou anormais, pois está se desviando do “correto” ou “natural”. Como descrito por LOURO, 2001:

Com referência às distinções de gênero, notamos que muitas das afirmações (incluindo-se aqui a de algumas teorias) baseiam-se em concepções que supõem dois universos opostos: o masculino e o feminino. É evidente que a matriz que rege essa dicotomia é, sob o ponto de vista da sexualidade, restritamente heterossexual. Vale observar, no entanto, que operar dentro dessa matriz pode acarretar problemas de duas ordens: de um lado pode dificultar a percepção de sujeitos e de grupos que não se “enquadram” na polaridade aí suposta (impedindo, consequentemente, o reconhecimento daqueles e daquelas que estão construindo formas distintas, novas ou transgressivas de identidade feminina ou masculina); por outro lado, pode permitir que se atribua aos sujeitos que não obedecem a essa lógica dicotômica o caráter de desviantes, problemáticos ou patológicos (p. 90).

Esses preconceitos causam uma desvalorização do indivíduo como pessoa, e como profissional, pois não considera que a capacidade e aptidão estão na formação e dedicação do sujeito ao atuar na sua área de escolha, levando-o muitas vezes a passar por situações de ridicularização. Por conta desses fatos, é que muitos homens hoje preferem fugir/evitar esses conflitos, realizando sua preferência na escolha profissional, não por gosto, mas por imposição social, naquilo que é determinado como “melhor” para ele, que seja capaz de cumprir. Pois,

A produção de identidades de gênero “normais” também pode representar a obrigatoriedade de “preferir” determinados interesses, de desenvolver habilidades ou saberes compatíveis com as referências socialmente admitidas para masculinidade e para feminilidade. Isso pode implicar, por exemplo, o desconforto, de meninas ou de meninos, diante de atividades ou práticas tidas como “naturalmente” características de seu gênero, na exigência em “se dar bem” naqueles setores em que os homens ou as mulheres “de verdade” se desempenham bem (LOURO, 2001, p. 91).

Assim, algumas pessoas acabam se dedicando e trabalhando naquilo que querem pra ele, e não no que tem vontade de fazer, se tornando um trabalho muitas vezes exaustivo, chato, denso, por conta de uma imposição, enquanto poderia estar desempenhando um excelente trabalho na função que se sente bem, que lhe dá prazer.

Se entendermos todo indivíduo como capaz de exercer a função que tem vontade, desde que se empenhe, dedique e esforce, poderemos começar a enxergar com um olhar mais crítico, e observar para além do caráter biológico do sujeito que o determina, mas como um sujeito que é formado a partir do meio em que nasce, dos valores, crenças e práticas sociais da sociedade que o rodeia. Como afirma VENTURINI,

“[...] o ser humano não é um dado resolvido no nascimento, pelas características biológicas de cada um, mas construído através de práticas sociais masculinizantes ou feminilizantes, de acordo com as diferentes concepções presentes em cada sociedade (s/d, p. 13)”.

Sem contar que justamente pelo fato de ser do sexo masculino, este teria muito com o que contribuir para a área, pois “o homem utilizaria características que são inerentes ao gênero masculino para atuar de forma semelhante à mulher, o que traria contribuições na educação infantil (VENTURINI, s/d, p.11)”.

Penso que devemos então, passar a ter um olhar mais crítico sobre as definições já estabelecidas, refletir até que ponto as preocupações devem ser consideradas, e nos utilizar dos meios próprios para escolher os profissionais que atuarão na Educação Infantil, analisando, observando e considerando a formação, a vontade, e o esforço, incentivando, e assim, podendo também aproveitar as contribuições que este profissional tem a oferecer, para a valorização e desempenho da instituição, e para a relação, aprendizado e desenvolvimento das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal de contas, o que pode definir o caráter, o pensamento ou a capacidade de um sujeito? Será o bastante Analisar pelo gênero se é homem ou mulher, e defini-lo como apto ou não para a função, fazendo-o chegar muitas vezes a desistir de exercer a função que melhor lhe caberia por conta de preconceito, tendo um julgamento descabido?

Entendo que a preocupação principal da sociedade hoje em relação à presença do homem como professor na Educação Infantil, tem fundamento, e se origina por conta de diversos acontecimentos que tem sido notícia em nosso mundo, como o abuso sexual e a violência. Mas será que todos os homens são agressivos? Apenas como professor regente da sala que se tem contato com as crianças? Não! E afirmo até mesmo por conta de minha experiência profissional, que já observei e observo até hoje, que cada profissional, nas diversas funções dentro da instituição, todos tem contato com as crianças e contribuem com a educação das crianças. A merendeira enquanto serve o lanche para as crianças, o vigia que cuida e guarda as crianças provendo a seguranças delas dentro da instituição ou a faxineira que limpa as mesas ou varre o chão enquanto as crianças lancham ou transitam no espaço.

Atualmente atuo numa instituição de Educação Infantil que atende crianças de 0 a 5 anos. Posso observar todos os dias o modo como homens lidam com a tarefa de professor dos pequenos, pois na sala na qual atuo como professora regente, as crianças têm aulas com professores homens nas aulas de Educação Física, Música e Inglês fato que corrobora com a idéia de que estas áreas sejam consideradas como “masculinas”. Os professores destas disciplinas percebem quando uma criança não está bem para aquela atividade ou quando a turma indica a necessidade de alterar uma atividade planejada. Também é possível perceber na relação que estabelecem cotidianamente o entrosamento entre professor/homem e crianças. Ainda cabe apontar que ocorre um bom entrosamento entre a equipe de professores/homens com as demais professoras da instituição. As aulas dos referidos professores ocorrem dentro do que é esperado para o nível de desenvolvimento de cada turma. É possível perceber que o desempenho pedagógico ocorre de forma similar ao das professoras.

Reconheço que deve haver sim muito cuidado ao selecionar os docentes da área de Educação Infantil, porém não apenas em relação ao gênero. Deve-se ter como critério o

reconhecimento e avaliação da capacidade de todos, analisando a formação acadêmica e as propostas pedagógicas das/os profissionais que se propõem a atuar com crianças pequenas, bem como no próprio exercício pedagógico, quanto a dedicação que dispõe. Acredito que em se tratando da Educação Infantil, ao decidir quais sujeitos irão atuar nessas instituições e desenvolver o trabalho com as crianças, deve-se considerar o sujeito em si, sua formação, experiência profissional, enfim, sua capacidade de se envolver de tal forma nesta função aliando questões de ordem subjetiva às questões de busca por aprimoramento intelectual constante.

Como já havia dito no início deste trabalho, minha intenção foi produzir algumas reflexões para possibilitar desconstruir definições pré-concebidas e internalizadas sobre a atuação de profissionais da educação infantil a partir da questão de gênero.

Sendo assim, me pergunto: até quando vamos continuar a referendar a idéia de que ser homem ou mulher se diferencia pela aptidão “natural” das mulheres em ter sensibilidade, afetividade, e cuidados fraternos? Vamos continuar educando, por meio de práticas pedagógicas cotidianas que apenas as mulheres, são capazes de ter essas características? o homem realmente não é afetivo/emocional, ou este sentimento é retraído por conta de uma condição social estabelecida por uma classificação de gênero masculino que determina, de forma generalizada como se todos os sujeitos homens fossem iguais, como seres insensíveis, dominadores, indelicados e objetivos?

Acredito como aponta LOURO (2012, p. 163) que “não há por que temer debates ou tensões teóricas; eles podem significar novas e produtivas alianças, podem resultar em outros modos de análise e de intervenção social” que devemos aprofundar nossos conhecimentos, rever nossos conceitos, selecionar aquilo que consideramos justo e colocar em prática, pois o que está em jogo não é apenas um conceito histórico, mas a vida de vários profissionais que querem, e tem o direito de trabalhar na educação infantil, sendo professores e se dedicando a profissão que escolheram sem sofrer preconceito (em relação à capacidade ou a sua masculinidade), discriminação ou qualquer tipo de intervenção preconceituosa, pela sociedade ou dentro da própria escola entre os profissionais. Pelo contrário, estes homens deveriam receber todo apoio necessário para que seu trabalho possa ser executado da melhor maneira possível, pois o que está em jogo não é apenas a vida de um profissional homem na educação infantil, mais também de diversas crianças que estão prontas a aprender com ele.

Finalizo acreditando que embora sucintas as reflexões por mim realizadas neste trabalho têm a perspectiva de contribuir um pouco com esta questão que é extremamente importante, e que merece ser estudada mais a fundo, pois, como nos alerta LOURO (2012, p. 125)

As desigualdades só poderão ser percebidas – e desestabilizadas e subvertidas – na medida em que tivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução. Isso implica operar com base nas próprias experiências pessoais e coletivas, mas também, necessariamente, operar com apoio nas análises e construções teóricas que estão sendo realizadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thamyres Ramos de; ABREU, Jânio Jorge Vieira; SOUSA, Raquel Cristina de Sousa. **Homens, afetividade e cuidado infantil nas creches de Teresina (PI)**; Campina Grande, REALIZE Editora, 2012.

ARAUJO, Messias Pereira; Hammes, Care Cristiane. A Androfobia na educação Infantil. **Interfaces da Educação: Paranaíba**, v.3, n. 7, p. 5-20, 2012.

Bernardes, Dayse Jaqueline; Escorsin, Camille. Monografia: **O homem na Educação Infantil**.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1993.

CERISARA, Ana Beatriz. Em busca da identidade das profissionais de educação infantil. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao-infantil/artigos/>

_____ O referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 326-345 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CARDOSO, Frederico Assis. **Homens fora de lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças**; Centro Universitário UMA, GT: Gênero, Sexualidade e Educação/ n. 23. ANPED 2007

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero: pra que serve esse conceito na prática pedagógica? **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**/ organização de Leôncio Soares ... [et al.]. – Belo Horizonte : Autêntica, 2010. 771p. (Didática e prática de ensino).

COSTA, Camila Gamino. **O homem na Educação Infantil. (S.D.)**

DALL' ALBA, Lucena; **Sexualidade: Narrativas autobiográficas de educadores/as** UFRGS – Porto Alegre, 2008. 199f.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 184p.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & realidade**. Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 101-132, 1976.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ) DP&A, p. 85-92, 2001.

MELO, Scheila Giacomelli; RODRIGUES, Simone Patricia. Memorial do estágio obrigatório em Educação Infantil na creche Mateus de Barros, 2012/1.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche.** UFSC, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade.** Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 71-99, 1976.

TATAGIBA, Ana Paula. **Repercussões do trabalho masculino nas instituições de educação infantil;** Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 165-173, ago./dez. 2012.

VENTURINI, Angela Maria. **A Feminização na Educação Infantil: Uma questão de Gênero;** Instituto Superior de Educação do RJ/ISERJ.